

Sematec discute o Rima de Águas Claras

A Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) realizou ontem, no auditório da Terracap, a audiência pública para discussões sobre os estudos de impacto ambiental e respectivo relatório da cidade de Águas Claras, feitos e apresentados pela Progeo-Engenharia e Estudos Ambientais. Foi a oportunidade que a população do Distrito Federal teve de oferecer a sua contribuição para a melhoria e aprimoramento do projeto, cujo plano de ocupação da área foi aprovado em junho do ano passado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma).

A audiência para a apresentação dos estudos da Progeo lotou o auditório da Terracap. Cerca de 150 pessoas acompanharam atentamente os dados mostrados pelos arquitetos autores do projeto urbanístico da nova cidade de Águas Claras e em seguida os fornecidos pela Progeo. Além dos chacareiros, representantes de vários outros segmentos, incluindo presidentes de cooperativas habitacionais, fizeram observações e restrições ao plano do novo bairro, que segundo o arquiteto Paulo Zimbres, da Zimbres e Reis Arquitetos Associados, é uma cidade metroviária, com mais de 50 por cento de área verde e gabaritos bem mais livres que no Plano Piloto.

Restrições — O secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Washington Novaes, que abriu e presidiu a audiência nos primeiros momentos, disse que a Sematec tem absoluta independência para acatar as sugestões da população e impor quaisquer restrições ao projeto de Águas Claras, apesar de se tratar de uma proposta do próprio governo. As análises dos técnicos, segundo declarou, podem mudar o eixo de um outro projeto, como aconteceu com o metrô. Um dos aspectos positivos no de Águas Claras, para Novaes, é o total de área verde definida no projeto urbanístico.

As restrições dos técnicos da Sematec, depois de analisarem mais profundamente os estudos e o Rima e ainda as sugestões da população, só serão conhecidas em dez dias, quando o superintendente do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente, Otto Ribas, emitir ou não a licença ambiental com ou sem restrições. Modificações poderão ser propostas, garantiu o secretário de Meio Ambiente.

Para o secretário de Obras e

Serviços Públicos do DF, José Roberto Arruda, que participou da audiência, a cidade de Águas Claras será a grande solução de moradia para a classe média de Brasília, já que as populações mais carentes é que foram as mais assistidas pela política habitacional do Governo do Distrito Federal. Segundo Arruda, a cidade está dentro do vetor de crescimento previsto no Plano de Ocupação Territorial de Brasília.

Autorização — Segundo o secretário de Meio Ambiente, Washington Novaes, o Relatório de Impacto Ambiental de Águas Claras foi entregue há alguns dias à Sematec e já está sendo avaliado. Entretanto, as contribuições apresentadas ontem pela população merecem a atenção necessária. O parecer técnico, de acordo com ele, deverá ser concluído em cerca de dez dias, autorizando ou não a construção da cidade. Ele lembrou que os estudos e o relatório são instrumentos importantes para se evitar danos ambientais. No caso do metrô, por exemplo, foi exigida uma compensação ao dano ambiental no Parque do Guará.

Washington Novaes ressaltou que, embora faça parte do governo, que propõe a nova cidade, a Secretaria de Meio Ambiente tem absoluta independência para propor modificações ao projeto. Em um primeiro momento, Novaes avalia como extremamente positivo o fato de o projeto reservar mais de 50 por cento do empreendimento a parques, praças e outras áreas verdes.

Ao apresentar o plano urbanístico da cidade a ser construída ao longo de um dos trechos do metrô, o arquiteto Paulo Zimbres falou que o zoneamento definido é bastante flexível a fim de harmonizar as diversas atividades urbanas. Numa área mais próxima da trincheira por onde passará o metrô ficarão as atividades comerciais e outras de forma mais densa, enquanto as superquadras, com comércios locais, margearão a cidade. Os prédios poderão ter até 12 andares. Segundo ele, a proporção entre área verde e habitante será de 22,2 metros quadrados por morador.

Na audiência pública, o coordenador do EIA/Rima, Antônio Valério, apresentou os estudos que estabelecem diretrizes e programas para gestão ambiental. Após a emissão de licença ambiental pela Sematec, as obras deverão ser iniciadas sob a fiscalização dos técnicos ambientais.